



**PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA FEDERAL
SEÇÃO JUDICIÁRIA DO ESTADO DE PERNAMBUCO
TURMAS RECURSAIS**

INFORMATIVO TR-PE Nº 10-2018

1ª Turma

Presidente e 3ª Relatoria: Juiz Federal Paulo Roberto Parca de Pinho

1ª Relatoria: Juiz Federal José Baptista de Almeida Filho Neto

2ª Relatoria: Juiz Federal Flávio Roberto Ferreira de Lima

Suplente: Juíza Federal Liz Corrêa de Azevedo

2ª Turma

Presidente e 3ª Relatoria: Juíza Federal Kylce Anne Pereira Collier de Mendonça

1ª Relatoria: Juiz Federal Jorge André de Carvalho Mendonça

2ª Relatoria: Juiz Federal Frederico Augusto Leopoldino Koehler

Suplente: Juíza Federal Felipe Mota Pimentel

3ª Turma

Presidente e 2ª Relatoria: Juiz Federal Joaquim Lustosa Filho

1ª Relatoria: Juíza Federal Polyana Falcão Brito

3ª Relatoria: Juiz Federal Claudio Kitner

Suplente: Juiz Federal Isaac Batista de Carvalho Neto

1ª TURMA RECURSAL

[0502822-59.2017.4.05.8300](#)

TRIBUTÁRIO. ANULAÇÃO DE AUTO DE INFRAÇÃO. CONTRIBUINTE INDIVIDUAL. ODONTÓLOGO. CONTRIBUIÇÕES SOCIAIS PREVIDENCIÁRIAS. PAGAMENTO PARCIAL. USO DE MATERIAIS EMPREGADOS NA PRESTAÇÃO DO SERVIÇO. DEDUÇÃO NA BASE DE CÁLCULO. IMPOSSIBILIDADE. SENTENÇA REFORMADA. RECURSO DA UNIÃO PROVIDO, EM PARTE.

[0502988-57.2018.4.05.8300](#)

CIVIL. CONTRATO DE COMPRA E VENDA. CEF. FINANCIAMENTO DE IMÓVEL. APLICAÇÃO DO CÓDIGO DE DEFESA DO CONSUMIDOR. ART. 7º DO CDC. TAXA DE EVOLUÇÃO DE OBRA. ENCARGO ABUSIVO APÓS ULTRAPASSADO O TERMO FINAL PREVISTO PARA ENTREGA DO IMÓVEL E/OU APÓS ENTREGA DO IMÓVEL. COBRANÇA INDEVIDA. ABATIMENTO DO SALDO DEVEDOR. RECURSO DO PARTICULAR IMPROVIDO.

[0510113-47.2016.4.05.8300](#)

PREVIDENCIÁRIO. CARNÊS QUE CONSTAM O RECOLHIMENTO DE CONTRIBUIÇÕES PREVIDENCIÁRIAS. DOCUMENTOS QUE APRESENTAM INCONSISTÊNCIAS/IRREGULARIDADES. PLEITO DE RECONHECIMENTO DE CONTRIBUIÇÕES PREVIDENCIÁRIAS. CARNÊS. EXAME DOS DOCUMENTOS.

CARNÊS DE RECOLHIMENTO DE CONTRIBUIÇÕES PREVIDENCIÁRIAS DE PESSOAS DIVERSAS DA PARTE AUTORA. CARNÊS SEM INDICAÇÃO DE NIT. IMPOSSIBILIDADE DE RECONHECIMENTO. RECONHECIMENTO DAS CONTRIBUIÇÕES PREVIDENCIARIAS RECOLHIDAS NO NIT DA PARTE AUTORA. RECURSO DO PARTICULAR PARCIALMENTE PROVIDO. RECURSO DO INSS QUESTIONANDO O RECONHECIMENTO DA ESPECIALIDADE DA ATIVIDADE DE TECELÃO. PRECEDENTE DA TNU RECONHECENDO A ESPECIALIDADE. RECURSO DO INSS POSTULANDO O AFASTAMENTO DO TEMPO DE SERVIÇO RECONHECIDO NA SENTENÇA HOMOLOGATÓRIA DE ACORDO NA JUSTIÇA DO TRABALHO. REALIZADA AUDIÊNCIA. VÍNCULO LABORAL CONFIRMADO. RECURSO DO INSS IMPROVIDO.

[0501611-21.2018.4.05.8310](#)

ADMINISTRATIVO. AUXÍLIO-TRANSPORTE. SERVIDOR PÚBLICO. AUTOMÓVEL PARTICULAR UTILIZADO POR SERVIDOR PARA DESLOCAMENTO AFETO AO SERVIÇO. TRANSPORTE MUNICIPAL E INTERMUNICIPAL. PREVISÃO NORMATIVA. CABIMENTO. DESLOCAMENTO DIÁRIO. AUSÊNCIA DE VEROSSIMILHANÇA. PAGAMENTO SEMANAL. RECURSO DA PARTE AUTORA PARCIALMENTE PROVIDO.

[0506647-74.2018.4.05.8300](#)

PREVIDENCIÁRIO. PENSÃO POR MORTE. SENTENÇA MENOR SOB GUARDA DEFINITIVA DA AVÓ. PRINCÍPIO DA PROTEÇÃO INTEGRAL CONSAGRADO NO ECA. POSSIBILIDADE DE CONCESSÃO. ENTENDIMENTO JURISPRUDENCIAL. JUROS MORATÓRIOS E ATUALIZAÇÃO MONETÁRIA. ART. 1º-F DA LEI Nº 9.497/97 COM AS ALTERAÇÕES PROMOVIDAS PELA LEI 11.960/2009. RECURSO DO AUTOR PROVIDO.

[0501623-47.2018.4.05.8306](#)

PREVIDENCIÁRIO. APOSENTADORIA POR TEMPO DE CONTRIBUIÇÃO. TRABALHADOR RURAL EM AGROINDÚSTRIA. ENQUADRAMENTO POR CATEGORIA PROFISSIONAL. DECRETO 53.831/64. RECURSO DO AUTOR PROVIDO.

[0501461-92.2017.4.05.8304](#)

PREVIDENCIÁRIO. ABONO DE PERMANÊNCIA. SERVIDOR DA FUNASA QUE DEPOIS INTEGROU OS QUADROS DO MINISTÉRIO DA SAÚDE. APOSENTADORIA ESPECIAL. CONTAGEM DO TEMPO DE SERVIÇO. ATIVIDADE INSALUBRE. UTILIZAÇÃO DE EPI EFICAZ. DESCARACTERIZAÇÃO DA ATIVIDADE COMO ESPECIAL. TEMPO ESPECIAL ANTERIOR À MEDIDA PROVISÓRIA Nº 1.729/98. TEMPO INSUFICIENTE PARA APOSENTADORIA ESPECIAL. RECURSO DO AUTOR, EM PARTE, PROVIDO, TÃO SOMENTE PARA AVERBAR O TEMPO RECONHECIDO COMO ESPECIAL.

[0500474-04.2018.4.05.8310](#)

CIVIL. RESPONSABILIDADE CIVIL. EMPRESA BRASILEIRA DE CORREIOS E TELÉGRAFOS – ECT. EXTRAVIO DE ENCOMENDA. FORÇA MAIOR. CASO FORTUITO EXTERNO. INCÊNDIO EM UNIDADE OPERACIONAL. NEXO DE CAUSALIDADE INEXISTENTE. DANOS MORAIS. NÃO OCORRÊNCIA. DANOS MATERIAIS. CONCESSÃO NA SENTENÇA NOS TERMOS DO PEDIDO.

AUSÊNCIA DE INTERESSE DE RECORRER. RECURSO INOMINADO DO AUTOR IMPROVIDO.

[0520585-10.2016.4.05.8300](#)

PEDIDO DE RECONSIDERAÇÃO. EMBARGOS DE DECLARAÇÃO. AGRAVO REGIMENTAL. PROCESSO CIVIL. INADMISSÃO DE RECURSO EXTRAORDINÁRIO. JUROS DE MORA. CORREÇÃO MONETÁRIA. LEI Nº 11.960/2009. ART.1.026, § 1º, DO CPC. RE 870.947. SOBRESTAMENTO. EMBARGOS CONHECIDOS E PROVIDOS.

[0501370-44.2018.4.05.8311](#)

PREVIDENCIÁRIO. APOSENTADORIA POR TEMPO DE CONTRIBUIÇÃO. CONVERSÃO DE TEMPO DE SERVIÇO ESPECIAL PARA COMUM. APLICAÇÃO DA LEGISLAÇÃO VIGENTE À ÉPOCA DO EXERCÍCIO DA ATIVIDADE. BIOTERISTA. NÃO ENQUADRAMENTO. EXPOSIÇÃO A AGENTES NOCIVOS QUÍMICOS E BIOLÓGICOS. AUSÊNCIA DE RISCO EFETIVO E CONSTANTE DE CONTAMINAÇÃO. EPI EFICAZ. DESCARACTERIZAÇÃO DA ATIVIDADE COMO ESPECIAL. TEMPO ESPECIAL ANTERIOR À MEDIDA PROVISÓRIA Nº 1.729/98. RECURSO IMPROVIDO.

[0501777-56.2018.4.05.8309](#)

PREVIDENCIÁRIO. AUXÍLIO-DOENÇA. LAUDO PERICIAL. INCAPACIDADE LABORATIVA. DOENÇA PREEEXISTENTE AO INGRESSO/REINGRESSO NO RGPS. PROGRESSÃO DA DOENÇA. INCAPACIDADE. QUALIDADE DE SEGURADO. ATENDIMENTO. RECURSO DO PARTICULAR PROVIDO.

[0501168-59.2016.4.05.8304](#)

PREVIDENCIÁRIO. TEMPO ESPECIAL. TRABALHADOR RURAL. NECESSIDADE DE PROVA DOCUMENTAL. NÃO COMPROVAÇÃO DA ATIVIDADE RURAL. RECURSO DO PARTICULAR IMPROVIDO. PLEITO DE REFORMA DA SENTENÇA QUE JULGOU PROCEDENTE A PRETENSÃO. FALTA DE INTERESSE PROCESSUAL. NÃO CONHECIMENTO DO RECURSO DO PARTICULAR. RECURSO DO INSS POSTULANDO O NÃO RECONHECIMENTO DA ESPECIALIDADE PELA PRESUNÇÃO DE ESPECIALIDADE DA ATIVIDADE DE VIGIA. NECESSIDADE DE PORTE DE ARMA DE FOGO. EXPOSIÇÃO A RUÍDO ACIMA DO LIMITE DE TOLERÂNCIA. RECONHECIMENTO DA ESPECIALIDADE. RECURSO DO INSS PARCIALMENTE PROVIDO.

[0504328-80.2016.4.05.8308](#)

PREVIDENCIÁRIO. TEMPO ESPECIAL. EXPOSIÇÃO A TENSÃO ELÉTRICA ELEVADA. RECONHECIMENTO DA ESPECIALIDADE. PRETENSÃO DE UTILIZAÇÃO DO TEMPO CONVERTIDO EM COMUM PERANTE A ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA ESTADUAL. IMPOSSIBILIDADE. PRECEDENTE DO STJ. RECURSO DO PARTICULAR PARCIALMENTE PROVIDO.

[0501307-34.2018.4.05.8306](#)

PREVIDENCIÁRIO. APOSENTADORIA ESPECIAL. INFORMAÇÃO CONTIDA NO PPP. AUSENTE NO LTCAT. INIDONEIDADE. ÍNDICE DE EXPOSIÇÃO NORMALIZADO. AUSÊNCIA DE EXIGÊNCIA. ELETRICIDADE. EXPOSIÇÃO

ABAIXO E ACIMA DO LIMITE DE TOLERÂNCIA. HABITUALIDADE E PERMANÊNCIA. PPP ASSINADO POR QUÍMICO. IDONEIDADE. RECURSO DO INSS PARCIALMENTE PROVIDO.

[0502226-32.2018.4.05.8303](#)

PREVIDENCIÁRIO. AUXÍLIO-DOENÇA. RESTABELECIMENTO. PRESUNÇÃO DE CONTINUIDADE DO ESTADO INCAPACITANTE. DOENÇA IDÊNTICA. RECURSO PARCIALMENTE PROVIDO.